



**Relatório de Autoavaliação
(Parcial)**

2016

Comissão Própria de Avaliação da UCPel – CPA – UCPel

<http://cpa.ucpel.tche.br/>

SIGLAS

ACG	Atividades Complementares Gerais
APCQ	Assessoria de Planejamento, Controle e Qualidade
BASIS	Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAI	Comissão de Avaliação Institucional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Comissão Central de Avaliação Institucional
CCV	Centro de Ciências da Vida da Universidade Católica de Pelotas
CETRES	Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade
CIEMSUL	Centro de Incubação de Empresas da Região Sul
COCEPE	Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa
COMUNG	Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COREME	Comissão de Residência Médica
COREMU	Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CREA-RS	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
EDR	Escritório de Desenvolvimento Regional
e-MEC	Sistema do Ministério da Educação responsável pela Tramitação dos Processos de Ato Regulatório das Instituições de Educação Superior do Brasil
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FADC	Fundo de Apoio à Divulgação Científica
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior
FURG	Fundação Universidade de Rio Grande
GEMIGRA	Grupo de Estudos em Políticas Migratórias e Direitos Humanos
HUSFP	Hospital Universitário São Francisco de Paula
IES	Instituição de Ensino Superior
IML	Instituto Médico Legal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITEPA	Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria
MOODLE	Ambiente Virtual de Aprendizagem (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NESIC	Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas
PADOC	Programa de Aperfeiçoamento Docente

PAIC	Programa de Apoio à Inclusão Digital e Cidadania
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PAIUNG	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Planejamento Estratégico
PGQP	Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRAC	Pró-Reitoria Acadêmica
PROIES	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
REDHAC	Rede de Desenvolvimento de Habilidades Acadêmicas
REFIS	Programa de Recuperação Fiscal
RU	Rádio Universidade
SAJ	Serviço de Assistência Judiciária
SAPU	Sistema de Apoio Universitário da UCPel
SDRA	Seção de Documentação e Registro Acadêmico
SEBRAETEC	Serviços em Inovação e Tecnologia do SEBRAE
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPAC	Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura
TI	Tecnologia da Informação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCPel	Universidade Católica de Pelotas
URCAMP	Universidade da Região da Campanha
ZATTERA	Sistema informatizado de gestão acadêmica da UCPel. O nome é uma homenagem ao criador e primeiro reitor da Universidade, Dom Antônio Zattera.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	05
1.1 Dados da Instituição.....	05
1.2 Missão, Visão, Valores.....	05
1.3 Princípios Filosóficos e Teórico-Methodológicos.....	06
1.4 Objetivos da UCPel.....	06
1.5 Breve histórico da IES.....	06
1.6 O processo de avaliação na UCPel.....	09
1.6.1 A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Anteriores.....	09
1.6.2 A UCPel e o PAIUB	09
1.6.3 A UCPel e o PAIUNG	10
1.6.4 A UCPel e a Avaliação Institucional proposta pelo CRUB.....	11
1.6.5 A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Atuais.....	11
1.6.6 Composição da CPA em 2016.....	12
1.6.7 Atividades da CPA em 2016.....	13
II – METODOLOGIA.....	14
III – DESENVOLVIMENTO.....	15
3.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.....	15
3.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.....	15
3.3 Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.....	16
3.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão.....	18
3.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física.....	19
IV – ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES.....	21
4.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.....	21
4.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.....	22
4.3 Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.....	24
4.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão.....	25
4.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física.....	26
4.6 Resultados numéricos da autoavaliação.....	29
V – AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE.....	30
5.1 Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional.....	30
5.2 Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional.....	30
5.3 Eixo 3 – Políticas Acadêmicas.....	30
5.4 Eixo 4 – Políticas de Gestão.....	31
5.5 Eixo 5 – Infraestrutura Física.....	31

I – INTRODUÇÃO

1.1. Dados da Instituição

Nome: **Universidade Católica de Pelotas**

Código da IES no MEC: **018**

Caracterização: **Instituição privada, sem fins lucrativos, comunitária, confessional**

Município: **Pelotas / RS**

Mantenedora: **Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura – SPAC**

Representante legal: **Dom Jacinto Bergmann, Arcebispo Metropolitano de Pelotas**

Dirigente principal: **José Carlos Bachettini Júnior, Reitor da UCPel**

1.2. Missão, Visão e Valores

Missão

A missão da Universidade Católica de Pelotas é investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade.

Visão

Nós queremos ser:

Uma Universidade de qualidade reconhecida, centro de referência de conhecimento em educação, saúde, negócios e tecnologia, alicerçados na inovação, na gestão sustentável e participativa, contribuindo para a promoção social e cultural e desenvolvimento local e regional.

Valores

Os valores constituem parte central da cultura organizacional e devem nortear todas as ações da Universidade.

Para a UCPel foram definidos os seguintes valores:

- | | |
|-------------------|--------------------|
| - Verdade | - Solidariedade |
| - Liberdade | - Voluntariado |
| - Justiça | - Transparência |
| - Ética | - Inovação |
| - Comprometimento | - Promoção da Vida |

1.3. Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos

As Diretrizes e Normas Gerais da Universidade apontam para um horizonte em que:

- os professores universitários cresçam sempre mais em competência, articulando suas disciplinas a uma visão de mundo compatível e coerente com a dignidade humana. Os professores cristãos, por sua vez, testemunhem a desejada integração humana entre fé e cultura, entre competência e sabedoria cristã;
- os estudantes persigam uma educação que os torne capazes de um juízo racional e crítico, conscientes da dignidade transcendente do ser humano, em direção a uma formação profissional que compreende os valores éticos e o sentido de serviço às pessoas e à sociedade;
- os dirigentes promovam uma gestão de serviço guiada pela coragem, pelo diálogo, pela transparência e pela criatividade intelectual;
- o pessoal administrativo testemunhe o empenho e a competência como qualidades indispensáveis para a identidade e a vida da Universidade.

1.4. Objetivos da UCPel

Objetivo Geral

- promover a educação de seres humanos éticos, competentes, aptos à ocupação de seus espaços no contexto social e ao desempenho de diferentes papéis, segundo princípios de solidariedade.

Objetivos Específicos

- viabilizar o comprometimento da comunidade universitária com propósitos comuns;
- promover a cultura da solidariedade;
- capacitar para o exercício da cooperação e autonomia na construção, questionamento e aplicação do conhecimento;
- viabilizar o desenvolvimento de condições pessoais de sensibilidade e atendimento a demandas e superação de desafios decorrentes de lacunas e necessidades contextuais;
- proporcionar o acesso, questionamento, discussão e produção de conhecimentos científico-tecnológicos;
- instalar, no contexto universitário, a vivência do processo de formação continuada, como exigência decorrente da mobilidade e flexibilidade dos saberes em constante evolução;
- estabelecer vínculos consistentes e permanentes de intercâmbio entre as dimensões acadêmicas de produção e socialização de conhecimentos;
- possibilitar o desenvolvimento de competências de natureza conceitual, lógica, política, técnica e científica, nos planos individuais e coletivos; implementar mecanismos teórico-metodológico-operacionais para discussão permanente do processo pedagógico da UCPel.

1.5. Breve Histórico da IES

O Decreto Presidencial nº 49.088, de 07 de outubro de 1960, oficializou a criação da Universidade Católica Sul-Rio-grandense de Pelotas, fundada por Dom Antônio Zattera, 3º Bispo Diocesano de Pelotas. Sua instalação solene ocorreu no dia 22 de outubro daquele ano, como a primeira Universidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Dois anos após, por decisão do Conselho Universitário, simplificou seu nome para Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Sua constituição resultou da agregação de cursos e faculdades existentes na região, a maioria fruto de iniciativas da Igreja na área da educação ao longo do tempo. Assim, a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, em funcionamento desde 1937; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,

criada em 1953 e o Curso de Jornalismo (mais tarde Faculdade de Comunicação Social), criado em 1958, formaram a base pelotense em que a UCPel se constituiu. Agregue-se a essas iniciativas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé, que começou a funcionar no ano letivo de 1959, e a Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua”, de Rio Grande, que a Mitra Diocesana de Pelotas assumiu em 1959, legalmente autorizada a funcionar no início de 1960.

O primeiro decênio da UCPel marcou o acréscimo de novas faculdades e cursos, registrando uma expansão considerável. Surgiram, então, a Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Medicina, Faculdade de Engenharia, além de novos cursos nas Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas, todos em Pelotas. Fora do Município foram criadas a Faculdade de Filosofia de Rio Grande, a Faculdade de Direito de Bagé e, atendendo a demandas, com autorização do Conselho Federal de Educação, o Curso de Estudos Sociais, em Jaguarão, o de Ciências Econômicas, em São Gabriel, e o de Ciências Contábeis, em Camaquã.

A maioria dos cursos e faculdades localizadas fora de Pelotas mais tarde deu origem a outras instituições, como a Universidade Federal do Rio Grande – FURG – e a Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

No decorrer do tempo, a Universidade procedeu a reformulações estatutárias, ajustando-se, assim, às novas realidades do País. Em consequência, sua estrutura também passou por alterações e atualmente possui quatro Centros e três **Institutos**, por meio dos quais realiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Mantida anteriormente pela Mitra Diocesana de Pelotas e posteriormente pela Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura – SPAC, atualmente tem como mantenedora a Associação Pelotense de Assistência e Cultura – APAC – que é uma associação civil, sem fins lucrativos. A UCPel constitui-se em uma IES de caráter particular, comunitária, filantrópica e confessional. Situa-se no município-pólo da Zona Sul do Estado, atuando, também, em outras comunidades da região por meio do ensino e de ações extensionistas.

Além das atividades de graduação, a Universidade possui atualmente cinco programas de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado e Doutorado em Letras, Mestrado e Doutorado em Saúde e Comportamento, Mestrado e Doutorado em Política Social, Mestrado Profissionalizante em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, Mestrado em Engenharia Eletrônica e Computação. Em decorrência dos cursos e programas de pós-graduação, desenvolvem-se as atividades de pesquisa na Instituição.

Na área de pós-graduação *lato sensu*, durante o ano de 2016 estiveram em funcionamento os cursos abaixo relacionados.

Cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> com alunos vinculados em 2016
ANÁLISES CLÍNICAS
AUDITORIA EM SAÚDE
CONSULTORIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COSMETOLOGIA E ESTÉTICA
DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DIREITO TRIBUTÁRIO EMPRESARIAL
ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO
FISIOTERAPIA TRAUMATO-ORTOPÉDICA
MBA EM COACHING E GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS
MBA EM GESTÃO DA INOVAÇÃO
MBA GESTÃO ESTRATÉGICA DE NEGÓCIOS
MBE EM CONTROLADORIA E FINANÇAS

No ano de 2016 foram oferecidos os cursos de graduação abaixo relacionados.

Cursos de Graduação com alunos vinculados em 2016
===== Centro de Ciências da Saúde
ENFERMAGEM
FARMÁCIA
FISIOTERAPIA
MEDICINA
ODONTOLOGIA
PSICOLOGIA
===== Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas
ADMINISTRAÇÃO
ARQUITETURA E URBANISMO
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DIREITO
ENGENHARIA CIVIL
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO
ENGENHARIA ELÉTRICA
ENGENHARIA ELETRÔNICA
JORNALISMO
LETRAS
MATEMÁTICA
PUBLICIDADE E PROPAGANDA
SERVIÇO SOCIAL
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
TECNOLOGIA EM DESIGN DE MODA
TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL
TECNOLOGIA EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
TECNOLOGIA EM GESTÃO FINANCEIRA
TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO FONOGRAFICA
===== Instituto de Formação Humanística
FILOSOFIA (bacharelado e licenciatura)
PEDAGOGIA

1.6. – O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NA UCPel

Na história da UCPel há registros de várias iniciativas de avaliação institucional, quase todas realizadas de maneira isolada, nessa ou naquela unidade, até a instituição do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

Recorde-se, a seguir, uma síntese do histórico da avaliação na UCPel.

1.6.1. A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Anteriores

Nas diversas fases por que passou a UCPel quanto à sua estrutura acadêmica e organizacional, centros de ensino, faculdades e agora centros/institutos, sempre houve a iniciativa em promover os seus próprios processos de avaliação. Há registro, por exemplo, de uma ampla avaliação feita pela Faculdade de Ciências Econômicas nos anos de 1969/1970, levando a uma série de mudanças administrativas e pedagógicas naquele período.

É no ano de 1985 que se inicia um movimento avaliativo crítico, abrangendo toda a Universidade. Isto se dá mediante um roteiro elaborado pela Assessoria da Reitoria e do COCEPE – Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa e aprovado pelos diferentes segmentos, em outubro daquele ano. Essa avaliação teve como foco principal o ensino, em especial o de graduação. Os resultados foram apresentados em 1986 nas assembléias de professores, funcionários e alunos.

Em 1992, sob a coordenação da Pró-Reitoria Acadêmica, desenvolve-se mais uma iniciativa de avaliação. Nesse ano é promovida uma Avaliação do Desempenho Docente feita pelos alunos. Após a tabulação dos dados, cada professor avaliado recebeu o seu resultado, de forma confidencial, para análise e reflexão pessoal. No ano seguinte, o instrumento de coleta de dados foi revisado, reformulado e novamente aplicado aos alunos.

Em 1993, foi feita também a autoavaliação docente, cujos resultados, junto com a avaliação do desempenho docente, foram repassados aos professores. Também foi feita a autoavaliação dos alunos, e oferecidos a eles os resultados para que pudessem refletir sobre seu desempenho.

Nesse período, com base nas avaliações realizadas, foram apontados indicadores para o processo de avaliação, que então tomava mais consistência na Universidade, mas, ainda assim, era pouco abrangente.

Paralelamente, desenvolviam-se ações de avaliação na área da pesquisa, mas sem a necessária integração com o processo avaliativo até então instaurado.

1.6.2. A UCPel e o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras)

Em 1995, nova iniciativa leva a uma revisão do Programa existente e à sua adequação ao PAIUB. Com isso, o processo buscaria abranger todos os segmentos da UCPel. Em 1996, a Universidade responde ao Edital do PAIUB e tem o seu Programa de Avaliação Institucional aprovado pelo MEC. O objetivo geral era de “promover na UCPel um autoconhecimento que permitisse examinar o exercício das funções do ensino, pesquisa e extensão, e o seu impacto na comunidade”. Metodologicamente, o Projeto constaria das etapas de sensibilização, diagnóstico, avaliação interna e avaliação externa.

Essa nova fase da Avaliação Institucional estava prevista para o período de agosto de 1996 a dezembro de 1997. Para operacionalizar o processo, em outubro de 1996, foi criada a Comissão Central de Avaliação Institucional – CCA. Como estratégia de ação, em cada Escola, foi instituído o Núcleo de Avaliação da Escola – NAE, com um coordenador de avaliação e três alunos bolsistas (recursos do PAIUB). Os coordenadores passaram a ter reuniões semanais com a Comissão Central, quando eram realizados estudos sobre avaliação, levantamentos de indicadores e elaboração de instrumentos de coleta de dados.

Foram estabelecidas algumas grandes questões centrais, que nortearam a definição dos indicadores e dos instrumentos de coleta de dados. Exemplos: O que pensam os alunos formandos sobre o curso que estão concluindo? Como os alunos e professores vêem a biblioteca e os laboratórios? Quem são os nossos professores e o que pensam sobre o processo ensino-aprendizagem? O que os nossos alunos pensam sobre a ação curricular e os professores dos seus cursos? Como os diretores de

Escola vêem a sua tarefa? Quem são os nossos funcionários e como vêem o trabalho que realizam? E os nossos egressos: como estão se inserindo no mercado de trabalho?

Como estratégia de sensibilização, foram feitas visitas aos diretores de Escola, no sentido de trocar ideias com relação à avaliação, tanto do ponto de vista da receptividade quanto da divulgação e apoio aos professores, distribuindo-se cópia da proposta.

Posteriormente, contando com a presença da Reitoria, realizou-se reunião com os diretores de Escola, assessores e professores para troca de ideias e proposta de estratégias de continuação do programa de avaliação, decidindo-se, então, que cada Escola escolhesse o seu caminho de sensibilização e divulgação.

O Projeto contemplado com recursos do PAIUB abrangeu o ensino de graduação, incluindo aspectos relativos ao conjunto da Instituição. A proposta metodológica concentrou-se no levantamento de opiniões sobre o curso como um todo (formandos de 1996/2), os laboratórios (alunos e professores) e as bibliotecas (alunos, professores e funcionários).

1.6.3. A UCPel e o PAIUNG (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul)

O ano de 1998 é caracterizado por mudança de Reitoria e pela adesão formal da UCPel ao PAIUNG. Nesse ano desenvolve-se também, na Universidade, um novo processo de planejamento estratégico ao qual, de alguma forma, faltou integração maior com o da avaliação institucional.

Reestruturou-se a Comissão de Avaliação, ficando sob a coordenação geral da Pró-Reitoria Acadêmica, integrada ainda por representantes das assessorias de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e da Coordenadoria de Ensino da Assessoria de Graduação. Com essa composição, pretendeu-se articular e dar participação aos diferentes segmentos que compõem a Universidade, bem como disponibilizar-lhes recursos metodológicos necessários à efetivação do processo avaliativo.

Entre as atividades desenvolvidas pela Comissão, estava a reflexão teórica sobre Avaliação Institucional, transformada na publicação “Projeto de Avaliação Institucional – Concepção Metodológica”. Esse texto continha o marco teórico, os objetivos gerais e específicos, metas, metodologia, descrição das ações e uma detalhada relação de indicadores para as dimensões de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Com isso, houve um redirecionamento das ações: além das normas estabelecidas pela legislação vigente e a orientação do PAIUB, o novo processo utilizou os indicadores propostos pelo COMUNG (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas), acrescidos de outros dados obtidos por sugestões dos diversos atores da Universidade e sobre os diferentes aspectos a serem avaliados.

Outra atividade foi a discussão com os diretores das Escolas/Institutos sobre as novas ações, havendo uma decisão de implementar o projeto por algumas dessas unidades. Tal descentralização, que poderia parecer mais ágil e flexível, trouxe certa perda de unidade do processo.

Em meados de 1999, a Comissão foi reformulada em razão de seus membros não disporem de tempo para atendê-la. O novo grupo formado buscou dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. Alguns de seus membros foram convocados para auxiliar também na organização dos processos de avaliação externa do MEC sobre as condições de oferta dos cursos.

Nesse período, a Universidade vinha acompanhando algumas atividades do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB -, em que era apresentada a metodologia de Avaliação Institucional proposta por aquela entidade. Entre elas, destacam-se: a Assembleia Geral do CRUB, em março de 2000; o IV Encontro Nacional sobre Avaliação Institucional no Contexto das IES Comunitárias, organizada pelo COMUNG/PAIUNG, em outubro de 2000; e a reunião do CRUB Itinerante, em abril de 2001. Considerando que o modelo proposto pelo CRUB abrangia as dimensões destacadas no PAIUNG e ainda detalhava outras, firmou-se cada vez mais a intenção de aderir a esse modelo, o que ocorreu no primeiro semestre de 2001.

1.6.4. A UCPel e a Avaliação Institucional proposta pelo CRUB

A Portaria Nº 064/2001, de 30 de julho de 2001, instituiu, sob a coordenação do Vice-Reitor, a nova Comissão de Avaliação Institucional (CAI, com cinco membros) e a Subcomissão de Diagnóstico das Dimensões a Serem Avaliadas (com vinte e oito membros). Com esse instrumento, ficou formalizada a opção da UCPel pelo modelo de Avaliação Institucional proposto pelo CRUB. A assinatura e divulgação da Portaria aconteceu na reunião geral do Corpo Docente com a Reitoria, dia 30 de julho, quando o modelo proposto foi apresentado em palestra proferida pela Secretária Executiva do CRUB.

O objetivo maior do modelo era “levar a instituição a identificar sua marca, a especificidade de suas respostas às demandas e necessidades da comunidade a que se propõe atender”. O modelo focalizou três pontos principais: qualidade do ensino, eficiência gerencial e organizacional e relevância pública e social.

Diferentemente do PAIUNG, esse modelo trabalhou com um detalhamento maior das dimensões: 1 - Missão, objetivos e vocação da instituição; 2 - Ensino; 3 - Pesquisa; 4 - Relações externas; 5 - Corpo docente; 6 - Corpo discente; 7 - Corpo técnico-administrativo; 8 - Administração acadêmica de cursos; 9 - Controle do produto; 10 - Organização e governo; 11 - Planejamento e avaliação; 12 - Recursos de informação; 13 - Recursos de infraestrutura; 14 - Recursos financeiros.

Tendo como meta uma ampla participação, foi definida uma estratégia geral de ação, segundo a qual todos os assuntos deveriam ser aprovados em reunião conjunta da CAI e da Subcomissão (formada por vinte e oito membros, dois para cada uma das dimensões a serem avaliadas). Entre seus integrantes estavam todos os diretores de Escolas/Institutos e ainda professores e funcionários, representando os diferentes segmentos da Universidade. Para as etapas iniciais do trabalho, a CAI elaborava as minutas que eram levadas à discussão no grande grupo. Nas demais etapas a Subcomissão, por intermédio das duplas responsáveis pelas 14 dimensões, redigiu as minutas, compatibilizadas pela CAI e referendadas no grande grupo.

Considerou-se esse período como o Primeiro Ciclo Completo da Avaliação Institucional na UCPel, cujo desenvolvimento deu-se por meio das seguintes etapas:

1. Resgate de experiências em Avaliação Institucional, internas ou de outras entidades.
2. Definição dos objetivos gerais e por dimensão.
3. Definição da metodologia para elaboração dos instrumentos.
4. Elaboração da matriz de correlação.
5. Estabelecimento dos indicadores.
6. Elaboração dos instrumentos de coleta de dados sobre índices de satisfação.
7. Aplicação dos instrumentos de coleta de dados sobre índices de satisfação.

A divulgação dos resultados foi feita em jornal, formato tablóide, de quatro páginas. Foram feitas seis edições, entre dezembro de 2001 e dezembro de 2002, com as páginas externas coloridas, mantendo uma diagramação similar. Cada professor e cada funcionário técnico-administrativo recebeu seu exemplar nominalmente. Os alunos receberam seus exemplares nos saguões e espaços de convivência da Universidade. Aos egressos e entrevistados na pesquisa de rua também foram enviados exemplares da edição em que aqueles levantamentos foram publicados. Em fevereiro de 2003, foi editado o caderno nº 3 da CAI, contendo todos os resultados (dados gerais) das pesquisas realizadas.

Concluídas essas pesquisas de opinião, coube à CAI a coleta de informações nos bancos de dados da Instituição, denominada pesquisa direta. Após os ajustes necessários, foi elaborado o Relatório Final. Observe-se que, nesse contexto (entre 2003 e 2004), tendo em vista a implementação do SINAES, não ocorreu a avaliação externa prevista no modelo proposto pelo CRUB.

1.6.5. A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Atuais

Com base na criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, coordenado pela Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior – CONAES (Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004), a Universidade passou a adequar-se às novas exigências legais.

Em 7 de junho de 2004, por intermédio da Portaria Nº 056/2004, a UCPel constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação – CPA, composta por doze membros: cinco representantes docentes, dois discentes, três do corpo técnico-administrativo e dois da sociedade civil.

A CPA da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) tem como objetivo promover a condução e coordenação dos processos de avaliação institucional na UCPel, em todos os seus níveis e instâncias, atuando com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da Universidade. Atende às necessidades próprias da UCPel e observa as determinações da Lei 10.861 e normatizações posteriores, em especial as orientações emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). É dividida em duas instâncias: uma legislativa e outra executiva.

Desde a sua constituição, a CPA da UCPel assumiu a responsabilidade pertinente e passou a seguir o Roteiro de Autoavaliação Institucional – CONAES/INEP, cumprindo as três etapas do processo de avaliação interna: preparação, desenvolvimento e consolidação.

A etapa de preparação, associada aos estudos sobre as diretrizes para a avaliação das Instituições de Educação Superior, bem como a construção do Projeto de Autoavaliação, consumiu quase que a totalidade do tempo destinado às ações da CPA em 2004. Sendo assim, somente após o envio do Projeto à CONAES/INEP, em março de 2005, e a constituição da equipe executiva da CPA, em maio de 2005, é que se desencadeou o processo de autoavaliação propriamente dito na Universidade, ou seja, passou-se às etapas de desenvolvimento e consolidação.

É importante ressaltar que a proposta de autoavaliação implementada na Universidade Católica de Pelotas caracteriza-se, assim como outras ações oficiais da UCPel, como mais um elemento capaz de ratificar a Missão da Universidade, qual seja *“investigar a verdade, produzir e transmitir o conhecimento e formar seres humanos, profissionais éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos a serviço da pessoa e da sociedade”*.

O processo de autoavaliação da UCPel operacionaliza-se a partir das seguintes ações: a) autoavaliação docente e avaliação dos professores pelos estudantes (iniciada em 2005/1, com continuidade semestral); b) realização de pesquisas de opinião com professores, funcionários técnico-administrativos, estudantes (com base nos questionários socioeconômicos do ENADE), egressos e comunidade geral (realizadas em 2005, 2008, 2011 e 2014, com continuidade trianual), c) autoavaliação de cursos com base no Instrumento de Avaliação do MEC, de acordo com os ciclos do ENADE e d) autoavaliação institucional, com base no Instrumento de Avaliação Externa do MEC, envolvendo os membros da CPA e segmentos da comunidade interna e externa.

Esse processo autoavaliativo tem se caracterizado pelo caráter formativo. Seja pela reciprocidade entre a avaliação dos professores e o aperfeiçoamento docente, seja pelas ações interventivas decorrentes das pesquisas de opinião aplicadas junto à comunidade acadêmica, aos egressos e às entidades parceiras, ou mesmo pela manutenção permanente do *sítio* que serve como referência à avaliação externa – na totalidade dessas ações – os resultados têm servido para a Católica refletir sobre os seus pontos fortes e fracos.

1.6.6. Composição da CPA em 2016

<i>Componentes</i>	<i>Segmento</i>
Francisco de Paula Marques Rodrigues	Docente
Letícia Oliveira de Menezes	Docente
Luiz Fernando Tavares Meirelles	Docente
Marília do Amaral Dias	Docente
Patrícia Osório Guerreiro	Docente
Karine de Castro da Silva	Discente
Querton Ricardo Costa da Silva	Discente
Ezequiel Insaurriaga Megiato	Técnico-administrativo
José Jadmir Gonçalves dos Santos	Técnico-administrativo
Paula Pruski Yamim (coordenadora)	Técnico-administrativo
Henrique Walner Alves Feijó	Sociedade civil

Período de exercício da CPA: 02 (dois) anos

Ato de designação da CPA: Portaria nº 93/2016, de 30/05/2016.

A CPA executiva foi composta em 2016 pelos seguintes integrantes:

André Luis Jardim

Clara Irene Veiga Barbosa

Paula Pruski Yamim

1.6.7. Atividades da CPA em 2016

A CPA legislativa, com representatividade de todos os segmentos universitários e da sociedade civil, realizou, durante o ano de 2016, reuniões mensais ordinárias, de fevereiro a dezembro. Nessas reuniões foram feitas as apresentações dos planos de trabalho dos grupos responsáveis pela autoavaliação dos cinco eixos, com base no Instrumento de Avaliação Externa do MEC, e ao final do ano a apresentação dos resultados.

Além disso, a CPA continuou o trabalho de consolidação do modelo de autoavaliação de cursos, tomando como base o Formulário de Avaliação de Cursos do INEP. Os cursos do ciclo Vermelho do ENADE, que realizaram a prova em 2015, foram os escolhidos para a autoavaliação em 2016. A CPA buscou evidências e reuniu dados para dar subsídios ao trabalho dos coordenadores e NDEs, para os seguintes cursos: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Jornalismo, Psicologia, Publicidade e Propaganda. Os resultados desta autoavaliação deverão ser apresentados à CPA durante o primeiro semestre de 2017.

A CPA executiva, durante o ano de 2016, realizou, junto à Procuradoria Institucional, as atividades relativas ao Censo da Educação Superior de 2015. Manteve a página na web, atualizando também os quadros de informações necessários ao processo de avaliação. Dentro do ciclo de avaliações, efetivou as avaliações dos professores pelos alunos, material este utilizado pela Coordenação Pedagógica como subsídio às suas atividades, principalmente para o PADOCC – Programa de Aperfeiçoamento Docente.

A CPA esteve presente nas reuniões do PAIUNG, na comissão do PDI para acompanhamento das ações do período 2013/2017 e planejamento do novo PDI 2018/2022, no Planejamento Estratégico da UCPel, liderando o critério “Legislação e Regulação” e no Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), liderando o critério “Resultados” .

II – METODOLOGIA

Considerando as ações que constituem a autoavaliação da UCPel, descritas no item 1.6.5. (A Avaliação Institucional na UCPel: Ações Atuais), parece apropriado que se reitere o caráter qualiquantitativo e/ou plurimetodológico privilegiado nesse processo.

Ratificando a ação focada em 2015 – autoavaliação institucional, com base no Instrumento de Avaliação Externa do Ministério da Educação – a CPA da UCPel valeu-se de uma das estratégias apresentadas pelo próprio INEP (durante a capacitação dos avaliadores do Basis), e objetivando dar maior consistência à avaliação de cada indicador, propôs a seus membros a construção de um arcabouço teórico-prático, contendo as responsabilidades e os inter-relacionamentos possíveis entre os indicadores presentes nos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que instituiu o SINAES.

Dando seguimento à proposta do MEC, a CPA, ao longo de 2016, coordenou as ações de sensibilização dos grupos responsáveis pela autoavaliação dos cinco eixos, estabelecendo um cronograma de apresentação dos seus roteiros de trabalho com vistas à autoavaliação, que deverá ser feita baseada nas evidências que os próprios grupos definiram, e acompanhamento das ações tomadas durante o ano. Este trabalho está registrado nas atas publicadas no site da CPA em <http://cpa.ucpel.edu.br/cpa/>.

III – DESENVOLVIMENTO

A partir da metodologia adotada, cinco grupos de trabalho foram formados para proceder à autoavaliação, cabendo a cada um deles a responsabilidade por um dos eixos avaliativos. Foram estabelecidas as evidências para os indicadores do instrumento, evidências estas descritas a seguir.

3.1. Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

Indicador	Evidências
1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	Relato Institucional; PDI; Planejamento Estratégico
1.2 Projeto/processo de autoavaliação institucional	Projeto de autoavaliação institucional; Projeto de autoavaliação de cursos; Plano de autoavaliação de cursos segundo o ciclo do ENADE; PDI; PPI; Pesquisas de opinião; Processo de avaliação dos professores pelos alunos; Avaliações multidisciplinares de cursos; Exames simulados do ENADE
1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	Site da CPA; Portaria de constituição da CPA; Pesquisas de opinião; Avaliação dos professores pelos alunos
1.4 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	Site da CPA; SAPU – resultados da avaliação dos professores pelos alunos
1.5 Elaboração do relatório de autoavaliação	Site do e-MEC; Site da CPA

3.2. Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Indicador	Evidências
2.1 Missão Institucional, metas e objetivos do PDI	Planejamento Estratégico; Alinhamento do Planejamento Estratégico com o PDI; Definição de Missão, Visão e Valores da Instituição; Definição e monitoramento de indicadores
2.2 Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e Pós-graduação	Reuniões com os Coordenadores, atas (NDE, Conselhos de Centro/Instituto e Universitário); Modelo de PPC; Autoavaliação de Cursos; Plano de Carreira (critérios de pontuação para produção de material didático); PPC's dos Cursos e a oferta de ACG's semipresenciais
2.3 Coerência entre o PDI e as práticas de extensão	Editais; Relatório Anual encaminhado à APCQ; Materiais de divulgação dos programas e projetos de Extensão; Atas de reuniões do Conselho de Extensão, dos Centros e dos NDEs; Salão Universitário; Relatórios de pagamento de bolsas de Extensão (mensais); PPI
2.4 Coerência ente o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística	Editais; Relatório Anual encaminhado à APCQ; Atas de reuniões do Conselho de Pós-Graduação

e cultural	e Pesquisa; Salão Universitário; Atas do Comitê de Ética em Pesquisa; PPI
2.5 Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural	Ponto de Cultura; Galeria de Arte; Atividades em disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo
2.6 Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social	Suporte à comunidade empresarial regional, com projetos como o Negócio a Negócio, SEBRAETEC, Redes de Cooperação, ITEPA e CIEMSUL; Participação em Conselhos Municipais, Estaduais e Federais; Participação e execução em projetos públicos e privados (ex. Pelotas Parque Tecnológico, Negócio a Negócio, SEBRAETEC); Editais, relatórios anuais e materiais de divulgação dos Projetos de Extensão.
2.7 Coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social	Ações extensionistas e atividades curriculares da graduação (NESIC, CETRES, PAIC, Habitação Social, Capelania Universitária, Ligas Acadêmicas, SAJ, UBS, Clínica Psicológica); PPI
2.8 Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial	ACG's; Projetos da Capelania; GEMIGRA - Curso de Direito
2.9 Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais	Não prevista no PDI

3.3. Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Indicador	Evidências
3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	PPI (Políticas de Ensino); Regulamento do Programa de Monitoria; Relatório de pagamentos; Processo de atualização do PPC dos Cursos; Processo de atualização dos Planos de Ensino
3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	PPI (Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação); Regimento da Pós-graduação; Editais de iniciação Científica; Relatórios mensais de pagamento de Iniciação Científica; Linhas de pesquisa dos Programas de Pós Graduação; Resolução 251 (IC); Atas do Conselho de Pesquisa
3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	PPI (Políticas de Pós-graduação <i>lato sensu</i>); Atas das reuniões dos colegiados e NDEs; Cadastramento e atualização dos cursos no e-MEC (turmas efetivadas a partir de 2012); Cadastramento de Cursos nos Conselhos Regionais, quando necessário; Projeto e Orçamentos - Programa de aquisição de bibliografia e acesso a biblioteca digital; Estrutura dos serviços do HUSFP e UBS em relação aos programas de Residência Médica e de

	Residência Multiprofissional em área da saúde; Regimento da Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> - Resolução Reitoria UCPEL 263/2010
3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural	PPI (Políticas de Pesquisa e Pós-graduação); Relatório de eventos vinculados à Pesquisa, Tecnologia, Artes e Cultura; Resolução 251 (Iniciação Científica); Editais de Iniciação Científica (semestrais); Relatórios de pagamento de bolsas de Iniciação Científica (mensais)
3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão	PPI (Políticas de Extensão); Edital de bolsas de Extensão; Relatório dos Projetos de Extensão; Atas do Conselho de Extensão; Plano de atividades de docentes extensionistas; Relatório de projetos de extensão com recursos externos; produção extensionista no Salão Universitário
3.6 Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural	PDI (Ações previstas); Salão Universitário; Relatório da produção científica dos docentes (a partir dos dados da Central de Pastas); Ponto de Cultura; TV UCPEL; Rádio Universidade
3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa	Site da UCPEL e da CPA; Relatório mensal das redes sociais; Relatório da Ouvidoria; Clipping - Assessoria de Imprensa (produção de conteúdo enviado para a imprensa local, regional e nacional); Relatório da TV UCPEL (veiculação de publicidade institucional e notícias); Relatório da Rádio Universidade (veiculação de publicidade institucional e notícias)
3.8 Comunicação da IES com a comunidade interna	Site da UCPEL e da CPA; Relatório mensal das redes sociais; Relatório da Ouvidoria; Boletim UCPEL; Email Institucional; Murais – Fotos; SAPU - página de apresentação
3.9 Programa de atendimento aos estudantes	Projeto REDHAC; Programa de Monitoria (Resolução 098); Relatório dos apoios psicológicos (mensal); Relatório dos apoios psicopedagógicos (mensal); Relatório de uso da Sala de Recursos; Relatório de alunos participantes do nivelamento; Edital e relatório de monitoria inclusiva
3.10 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente	Relatório de eventos promovidos pelos Cursos da UCPEL e Ligas Acadêmicas; Produção discente no Salão Universitário; Participação em eventos externos; Relatório de alunos participantes de intercâmbio; Participação em eventos internos, incluindo semanas acadêmicas e jornadas; Produção discente nas ligas acadêmicas e grupos de estudo
3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos	Site da UCPEL (Portal do Egresso); Políticas de acompanhamento do egresso; Projeto Carreiras - EDR
3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente sócioeconômico	Projeto Carreiras – EDR; Pesquisa trienal da CPA

3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais	Não prevista no PDI
--	---------------------

3.4. Eixo 4 – Políticas de Gestão

Indicador	Evidências
4.1 Política de formação e capacitação docente	Política do PADO; Relatório Categoria profissional Salão Universitário; Divulgações no site da UCPel; Relatório da Central de Pastas; Processo de Seleção; Formulário para solicitação de capacitação docente; Relatório de docentes com desconto em Mestrado e Doutorado; Convites, Atas de presença, Registros fotográficos
4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo	Capacitações de técnicos administrativos; Plano de Carreira dos técnico administrativos; Convites, atas de presença e registros fotográficos das capacitações; Relatório de funcionários que realizam disciplinas no <i>lato sensu</i> ; Relatório de funcionários com desconto na mensalidade; Formulário para solicitação de capacitação técnico administrativo; Avaliação de desempenho
4.3 Gestão institucional	Documentos que normatizam o funcionamento dos Órgãos de Gestão e Colegiados; Atas de reuniões dos órgãos; Portarias de designação; Estatuto e Regimento da Instituição
4.4 Sistema de registro acadêmico	Texto sobre funcionamento da Central de Atendimento; Site da UCPel; Fotos do setor; Calendário Acadêmico; Relatório de Transmissão de Notas; Portaria de designação do responsável pela manutenção e guarda do acervo acadêmico - Portaria N 16/2016 (UCPel); Planilha de temporalidade da UCPel; Planilha de controle de documentos expedidos; Processos descritos da SDRA; Regimento da UCPel
4.5 Sustentabilidade financeira	Execução orçamentária da UCPel: comparação entre orçado e realizado e ano anterior; PDI; Execução do PDI (PE) ; Relatório do MICROSIGA (sistema informatizado de gestão administrativa) detalhando o custeio nas participações em seminários, fóruns, FADC, bancas, visitas institucionais, visitas técnicas; Portaria e atas da Comissão de Fluxo de Caixa; Projeto PROIES e REFIS; Deferimento PROIES e REFIS; Portaria e atas da Câmara de TI; Relatórios da KPMG (consultoria financeira), da Sustentare (consultoria contábil e financeira) e Consultorias diversas (Dyogo Patriota, Martinelli, Framil etc); Ação judicial do FIES e Ação judicial para emissão de Certidão para liberar recursos do FIES

4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional	Relatórios contábeis; PDI; Execução do PDI; Execução orçamentária da UCPel: Comparação entre orçado e realizado e ano anterior; PDI; Execução do PDI (PE)
4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente	Plano de Carreira dos Docentes; Relatório dos docentes com progressão anual; Planilha de progressão (Central de Pastas)
4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo	Plano de Carreira dos Técnico Administrativos; Protocolo do Plano no Sistema Mediador do MTE; Revisão do Plano e criação de políticas para disseminação do Plano.

3.5. Eixo 5 – Infraestrutura Física

Indicador	Evidências
5.1 Instalações administrativas	Nº de instalações administrativas (planilha de espaços físicos); Pesquisa com os gestores.
5.2 Salas de aula	Nº de salas de aula (planilha de espaços físicos); ENADE (último ciclo); Avaliações dos Cursos - Visita " <i>in loco</i> " (2013, 2014 e 2015)
5.3 Auditórios	Nº de auditórios (planilha de espaços físicos).
5.4 Salas de professores	Nº de salas de Professores (planilha de espaços físicos); Avaliações dos Cursos - Visita " <i>in loco</i> " (2013, 2014 e 2015); Pesquisa (questionário) com os professores ou Pesquisa CPA 2014.
5.5 Espaços para atendimento aos alunos	Nº de salas de atendimento individualizado; Avaliações dos Cursos - Visita " <i>in loco</i> " (2013, 2014 e 2015); Plano de Ação - Anteprojeto de novas salas de aulas de atendimento aos alunos
5.6 Infraestrutura para CPA	Relatório de Autoavaliação Institucional (2015); Entrevista com a CPA Executiva
5.7 Gabinetes/estações de trabalho para professores em tempo integral - TI	Nº de salas de orientação x Nº de Professores TI; Nº de estações de trabalho x Nº de Professores de TI; Avaliações dos Cursos - Visita " <i>in loco</i> " (2013, 2014 e 2015); Planos de Ação do Planejamento Estratégico de 2017.
5.8 Instalações sanitárias	Nº de instalações sanitárias x Plano Diretor (planilha de espaços físicos); Nº de instalações sanitárias com acessibilidade
5.9 Biblioteca: infraestrutura física	Nº de bibliotecas (Infraestrutura de TI, dimensões, salas de estudo); Pesquisa de satisfação dos alunos; Fotos; Plano de Expansão Física
5.10 Biblioteca: serviços e informatização	Sistema informatizado e funcionalidades; Minha Biblioteca, portal CAPES, BIREME; Diploma da

	Coordenação; Acesso via Internet
5.11 Biblioteca: plano de atualização do acervo	Plano de atualização de acervo; Relatório de aquisições, com valores e quantidades (2015 e 2016)
5.12 Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente	Nº de laboratórios de Informática; Nº de equipamentos de informática por aluno; Nº de equipamentos para uso individual; Pesquisa com Diretores; Plano de Atualização
5.13 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	SAPU; Moodle; Redes Sociais (site, facebook); Softwares; Nº de salas com recursos multimídia
5.14 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	Nº de laboratórios por Curso; Relatório do ENADE (último ciclo); Avaliações do Cursos - Visitas " <i>In loco</i> " (2013, 2014 e 2015); Grupo de avaliação (Diretores)
5.15 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços	Pesquisa de satisfação dos alunos; Plano de Atualização; Nº de atendimentos realizados (2015 e 2016); Instruções de Trabalho na área de Segurança
5.16 Espaços de convivência e de alimentação	Descrição dos espaços de convivência; Descrição dos espaços de alimentação; Avaliações do Cursos - Visita " <i>In loco</i> " (2013, 2014 e 2015); Fotos

IV – ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES (AUTOAVALIAÇÃO)

A análise dos dados e informações contidos nas evidências deu origem a uma nota para cada um dos indicadores. Ao longo deste capítulo IV estão descritas as notas e a contextualização das mesmas.

4.1. Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

Indicador	Contextualização	Nota
1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	A demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como suficiente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. O PDI e o Planejamento Estratégico estão implantados, atendem de maneira suficiente aos requisitos do SINAES e às necessidades institucionais. O PDI não é acompanhado e avaliado na mesma proporção do Planejamento Estratégico.	3
1.2 Projeto/processo de autoavaliação institucional	O projeto/processo de autoavaliação institucional está implantado e atende de maneira muito boa às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico administrativas de melhoria institucional. A execução da autoavaliação na UCPEL compõe-se dos seguintes instrumentos: 1) Autoavaliação docente e avaliação dos professores pelos alunos (com previsão de continuidade ininterrupta); 2) Pesquisas de opinião com os professores, alunos, egressos e comunidade geral (com previsão de continuidade a cada três anos), que demonstram graficamente o entendimento dos segmentos pesquisados quanto à Universidade, além de questões pertinentes a cada grupo em particular ; 3) Levantamento de dados e informações descritivas, de acordo com o Instrumento de Avaliação Externa de Universidades do INEP (com previsão de continuidade regulada pelo PDI) e 4) Autoavaliação de cursos (com previsão de continuidade, de acordo com o ciclo do ENADE), a fim de que a comunidade acadêmica reflita sobre aspectos relacionados aos currículos dos cursos. O projeto atual de autoavaliação dos cursos é processo de maturação da prática construtiva de levantamento de informações, de acordo com o instrumento de avaliação externa do INEP, bem como a utilização de resultados de processos de avaliação multidisciplinar e dos resultados do ENADE e de seu simulado. O processo de autoavaliação da UCPEL tem sido caracterizado, sem dúvida, pelo caráter formativo. Seja pela reciprocidade entre a avaliação dos professores e o Programa de Aperfeiçoamento Docente – PADO, seja pelas ações interventivas decorrentes das pesquisas de opinião aplicadas à comunidade acadêmica e aos egressos, ou mesmo pela manutenção permanente do site específico – na totalidade dessas ações – os resultados têm servido para a Católica refletir sobre os seus pontos fortes e fracos. Os resultados são divulgados por meio do site próprio da CPA, porém o processo de sistematização	4

	entre o diagnóstico e as ações de melhoria não está plenamente consolidado.	
1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	A CPA, instituída por Portaria da Reitoria da UCPel, é composta por doze pessoas: cinco representantes docentes, dois discentes, três do corpo técnico-administrativo e dois da sociedade civil. Possui espaço próprio para atuação e realiza reuniões mensais ordinárias, e extraordinárias sempre que necessário. O processo de autoavaliação está implantado, com participação muito boa da comunidade acadêmica. A CPA utiliza várias metodologias para coleta dos dados (questionários impressos, formulários <i>on line</i> e entrevistas), por meio das quais se obtêm amostras significativas para análise. Os resultados são divulgados no site da CPA e no ambiente web SAPU (Sistema de Apoio Universitário). Além da CPA legislativa, há a CPA executiva, de apoio às questões operacionais e administrativas.	4
1.4 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	A divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas implantadas ocorre de maneira MUITO BOA para a comunidade acadêmica. Embora todos os resultados estejam publicados no site da CPA, abertos a toda a comunidade, as análises destes resultados não obedecem a uma sistematização, ficando restritas ao âmbito da gestão dos Cursos e da Instituição.	4
1.5 Elaboração do relatório de autoavaliação	Os relatórios de autoavaliação, elaborados e protocolados no e-MEC desde o ano de 2005, estão disponíveis também no site da CPA e acessíveis a toda a comunidade. Apresentam resultados, análises, reflexões e proposições muito boas, mas não são aproveitados de modo suficiente para o planejamento e suas ações.	3

4.2. Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

Indicador	Contextualização	Nota
2.1 Missão Institucional, metas e objetivos do PDI	As metas e objetivos do PDI implantados estão apresentados de forma muito boa, articulados com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.	4
2.2 Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e Pós-graduação	Há coerência muito boa entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) implantadas. Há reuniões nas diferentes instâncias acadêmicas e foi implantado, no final de 2016, o modelo de PPC conforme instrumento de avaliação de cursos. O processo de autoavaliação está implantado seguindo o ciclo avaliativo do ENADE, embora ainda apresente problemas a serem contornados. Quanto aos critérios de pontuação	4

	para o plano de carreira aguardamos aprovação institucional. O material didático mediacional foi apresentado na avaliação de credenciamento do curso de Tecnologia em Segurança Pública. Os PPCs apresentam coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e Pós-graduação. Quanto à oferta de ACGs semipresenciais, a Universidade atende plenamente.	
2.3 Coerência entre o PDI e as práticas de extensão	Há coerência excelente entre o PDI e as práticas de extensão implantadas, tendo em vista: a) o edital 97/2016 – PRAC (Extensão 2017); b) os vídeos da série "Extensão em Ação 2016", produzidos pela TV UCPel; c) a resolução Nº 349 de 28 de novembro de 2016, que altera o Regimento Interno do Conselho de Extensão; d) a apresentação de trabalhos e encontro de extensão durante o Salão Universitário da UCPel; e) a regularidade da atuação do Conselho de Extensão.	5
2.4 Coerência ente o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural	Embora haja coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, as ações neste sentido não estão totalmente implantadas.	3
2.5 Coerência ente o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural	As ações institucionais implantadas estão coerentes com o PDI, e considera, de maneira muito boa, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.	4
2.6 Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social	As ações implantadas pela Instituição (com ou sem parceria) contemplam o desenvolvimento econômico e social de maneira muito boa, conforme o proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.	4
2.7 Coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social	Há coerência muito boa entre o PDI e as ações de inclusão social implantadas pela IES, tendo em vista as atividades realizadas em 2016 no contexto do Núcleo de Economia Solidária, do Centro de Extensão em Atenção à Terceira Idade, do Programa de Apoio a Inclusão Digital e Cidadania e do Projeto de Extensão Habitação Social. Quanto ao Projeto Pedagógico Institucional, cabe destacar a conclusão do processo de atualização e de qualificação realizado por comissão designada conforme Portaria Nº 090/2015, de 27 de outubro de 2015. Destaca-se também as atividades curriculares em espaços sociais, em especial na área da Saúde e do Direito.	4
2.8 Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnicoracial	Há coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial implantadas pela IES. Essas ações apresentam-se através de atividades de ensino e extensão, reforçando a identidade da Instituição e corroborando, de forma muito boa, sua	4

	missão de formar seres humanos éticos e competentes, orientados pelos valores cristãos, a serviço da pessoa e da sociedade.	
2.9 Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais	Não se aplica	

4.3. Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

Indicador	Contextualização	Nota
3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	As ações acadêmico-administrativas implantadas estão relacionadas, de maneira muito boa, com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial e programas de monitoria.	4
3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	As ações acadêmico-administrativas implantadas estão relacionadas de maneira muito boa com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , considerando inclusive, sua articulação com a graduação.	3
3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	As ações acadêmico-administrativas previstas no PDI estão relacionadas de maneira muito boa com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.	4
3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural	Embora haja coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural, as ações neste sentido não estão totalmente implantadas.	3
3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão	As ações acadêmico-administrativas de extensão estão implantadas, de maneira muito boa, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.	4
3.6 Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural	As ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão implantadas, de maneira suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.	3
3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa	Os canais de comunicação externa estão implantados, de maneira muito boa, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos:	4

	acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.	
3.8 Comunicação da IES com a comunidade interna	Os canais de comunicação interna estão implantados, de maneira suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.	3
3.9 Programa de atendimento aos estudantes	Os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, estão implantados de maneira muito boa.	4
3.10 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente	Os programas de apoio ao discente estão implantados, de maneira insuficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).	2
3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos	Não existem planos de ação institucionais implantados nem políticas consistentes de acompanhamento dos egressos.	1
3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente sócioeconômico	As ações implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional não existem, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.	1
3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais	Não se aplica	

4.4. Eixo 4 – Políticas de Gestão

Indicador	Contextualização	Nota
4.1 Política de formação e capacitação docente	A política de formação e capacitação docente está implantada, de maneira insuficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a	2

	devida divulgação das ações com os docentes.	
4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo	A política de formação e capacitação do corpo técnico administrativo está implantada de maneira muito boa, considerando o incentivo/auxílio para a formação continuada.	4
4.3 Gestão institucional	A gestão institucional está implantada de maneira excelente para o funcionamento da Instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.	5
4.4 Sistema de registro acadêmico	O sistema de registro acadêmico implantado atende de maneira muito boa às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.	4
4.5 Sustentabilidade financeira	As fontes de recursos executadas atendem de maneira insuficiente ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.	2
4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional	O planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) executado está relacionado de maneira insuficiente com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.	2
4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente	A gestão do corpo docente é excelente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.	5
4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo	Não existe gestão do corpo técnico-administrativo em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.	1

4.5. Eixo 5 – Infraestrutura Física

Indicador	Contextualização	Nota
5.1 Instalações administrativas	As instalações administrativas existentes atendem de maneira insuficiente, considerando que alguns setores não têm as dimensões, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação de forma adequada com as necessidades.	2
5.2 Salas de aula	As salas de aula existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades dos cursos, considerando, que 2/3 do total de salas de aula não têm as dimensões, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação de forma qualificada e adequada às	2

	necessidades acadêmicas.	
5.3 Auditórios	Os auditórios existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.	2
5.4 Salas de professores	As salas de professores existentes atendem de maneira suficiente às necessidades dos docentes, considerando a limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática. Porém, a quantidade e dimensão das salas necessitam de ampliação e qualificação para atender muito bem às necessidades institucionais.	3
5.5 Espaços para atendimento aos alunos	Não existem espaços destinados ao Coordenador ou Professor, de forma a garantir o atendimento aos alunos de forma individualizada e reservada.	1
5.6 Infraestrutura para CPA	A infraestrutura destinada à CPA atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando suas instalações físicas e equipamentos.	3
5.7 Gabinetes/estações de trabalho para professores em tempo integral - TI	Os gabinetes de trabalho para os docentes em regime de tempo integral atendem de maneira insuficiente, considerando a quantidade, dimensão e infraestrutura de informática. Somente os docentes vinculados aos Programas de Pós-graduação e em atividades de Gestão, têm gabinetes de trabalho individualizado ou compartilhado.	2
5.8 Instalações sanitárias	As instalações sanitárias existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando a quantidade e acessibilidade.	2
5.9 Biblioteca: infraestrutura física	A infraestrutura física das Bibliotecas atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando o espaço físico, instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física. Para qualificar ainda mais estas estruturas e atender muito bem às necessidades dos acadêmicos, foi identificada a necessidade de planos de expansão para a Biblioteca Central, ambientes de estudo e atendimento especializado. Para a Biblioteca do Campus da Saúde há necessidade de ampliar as instalações para: acervo, atendimento especializado e ambientes de estudo.	3
5.10 Biblioteca: serviços e informatização	Os serviços da biblioteca atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando que a gestão é feita por um profissional da área de biblioteconomia, que os acadêmicos têm acesso via internet (consulta,	3

	reserva), que o processos são informatizados, e que o horário de funcionamento atende aos três turnos de atividades acadêmicas. Os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira insuficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, em razão, da desatualização de alguns equipamentos de consulta, da quantidade insuficiente para todos os alunos e da falta de salas com recursos de tecnologia de informação para atendimento especializado e para pesquisas acadêmicas.	
5.11 Biblioteca: plano de atualização do acervo	O plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado está coerente com o PDI e os PPC's. Atende, no entanto, de maneira insuficiente, considerando a alocação de recursos para a execução do plano.	2
5.12 Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente	Os Laboratórios de Informática existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, principalmente, a desatualização dos equipamentos e softwares e a falta de um plano de atualização. Quanto às normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços e suporte, necessitam de qualificação para atender suficientemente às necessidades acadêmicas. Os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira insuficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que faltam Laboratórios de Informática para atender plenamente às disciplinas de todos os Cursos e pela desatualização dos equipamentos e softwares dos Laboratórios.	2
5.13 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	Os recursos de tecnologias de informação atendem de maneira insuficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem. Já os recursos de comunicação atendem de maneira suficiente às necessidades acadêmicas. Porém, a falta de recursos de tecnologias para atender a todos os professores, técnicos, estudantes e sociedade civil, tem um impacto importante nas atividades de ensino e aprendizagem, que fez com que este indicador tenha sido avaliado com a nota 2.	2
5.14 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando os aspectos de dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, conservação, plano de atualização e acessibilidade.	2
5.15 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando os serviços realizados e o atendimento das normas de segurança.	3

5.16 Espaços de convivência e de alimentação	Os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais considerando que, no Campus da Saúde, a quantidade e dimensão dos espaços não atendem às necessidades dos acadêmicos, e que no Prédio do Santa Margarida estes espaços não existem.	2
--	--	---

4.6. Resultados numéricos da autoavaliação

Uma vez atribuídas as notas a cada um dos indicadores, os resultados da autoavaliação são expostos no quadro a seguir.

Eixo	Nota	Peso
Eixo 1	3,60	10
Eixo 2	4,00	20
Eixo 3	3,00	30
Eixo 4	3,13	20
Eixo 5	3,25	20
Nota final	3,34	

V – AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

A partir da análise feita pelas equipes responsáveis pelos cinco eixos avaliativos, ações foram propostas para o ano de 2017, com vistas à superação das fragilidades encontradas.

Estas ações, relacionadas abaixo, foram inseridas no Planejamento Estratégico de 2017, sempre em consonância com o PDI vigente, e com os olhos voltados para o próximo PDI, referente a 2018-2022, a ser elaborado no presente ano.

Ao final de 2017 os grupos de trabalho examinarão novamente todas as evidências estabelecidas e, à luz das ações realizadas durante o ano, novamente atribuirão notas a cada um dos indicadores, resultando daí uma avaliação global, que será apresentada no Relatório de Autoavaliação de 2017.

5.1. Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional

- Elaboração da versão final do Relato Institucional (em atenção ao indicador 1.1)
- Autoavaliação dos cursos do ciclo verde do ENADE: Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Serviço Social (em atenção ao indicador 1.2)
- Aplicação de pesquisas de opinião a professores, técnicos administrativos, discentes, egressos e comunidade em geral (em atenção aos indicadores 1.2 e 1.3)
- Aplicação do questionário de avaliação dos professores pelos alunos (em atenção aos indicadores 1.2 e 1.3)

5.2. Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional

- Implantação, por parte da Assessoria de Planejamento, Controle e Qualidade – APCQ, de um plano de ação de controle sistemático do PDI, a fim de torná-lo cada vez mais alinhado às efetivas decisões da Instituição, bem como disseminá-lo como instrumento de planejamento institucional que reflita a missão, visão e valores da Universidade. (em atenção ao indicador 2.1)
- Aprimoramento de ações afirmativas a fim de garantir parcerias institucionais, públicas ou privadas, para a promoção do desenvolvimento local e regional. (em atenção ao indicador 2.6)

5.3. Eixo 3 – Políticas Acadêmicas

- Consolidação dos projetos em execução (em atenção ao indicador 3.1)
- Definição das linhas de pesquisa da UCPel (em atenção ao indicador 3.2)
- Definição das estruturas das COREME e COREMU (em atenção ao indicador 3.3)
- Publicação do Regimento e do Estatuto da UCPel (em atenção ao indicador 3.3)
- Definição das regras de acompanhamento dos eventos vinculados à pesquisa (em atenção ao indicador 3.4)
- Consolidação do projeto de nova TV e nova RU (em atenção ao indicador 3.6)
- Quantificação do investimento da UCPel em eventos nos espaços físicos utilizados (em atenção ao indicador 3.6)
- Construção de relatório de veiculação de material institucional na TV UCPel (em atenção ao indicador 3.7)
- Reestruturação da Ouvidoria da UCPel (em atenção ao indicador 3.8)

- Revisão das legislações sobre requisitos de informações no portal e dos processos de divulgação interna (em atenção ao indicador 3.8)
- Implementação de projeto piloto de programa de acolhimento aos alunos da Medicina (em atenção ao indicador 3.9)
- Regulamentação de políticas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente e estabelecimento de dotação orçamentária para tal (em atenção ao indicador 3.10)
- Criação de políticas de acompanhamento dos egressos (em atenção aos indicadores 3.11 e 3.12)

5.4. Eixo 4 – Políticas de Gestão

- Definição das políticas com suas regras e dotação orçamentária para FADC (em atenção ao indicador 4.1)
- Criação de comissão de análise do Plano de Carreira dos Técnicos Administrativos postado no MTE, promovendo as devidas alterações visando implementação até nov/2017 (em atenção aos indicadores 4.2 e 4.8)
- Consolidação de projetos de secretaria digital e ampliação dos serviços do SAPU/ZATTERA (em atenção ao indicador 4.4)
- Emissão de portaria de responsável pelos documentos (em atenção ao indicador 4.4)
- Implantação do plano de reestruturação administrativa (em atenção aos indicadores 4.5 e 4.6)

5.5. Eixo 5 – Infraestrutura Física

- Elaboração dos planos: a) acessibilidade para os setores de atendimento; b) climatização para os setores mais críticos; c) renovação do mobiliário administrativo; d) segurança dos Campi. (em atenção ao indicador 5.1)
- Elaboração dos planos: a) acessibilidade para o Campus I e Campus da Saúde; b) sala de aula Padrão; c) segurança dos Campi. (em atenção ao indicador 5.2)
- Elaboração dos planos: a) reforma do Auditório Dom Antônio ZATTERA; b) transferência do Auditório da Informática; c) revitalização nos Auditórios do IML e Campus da Saúde. (em atenção ao indicador 5.3)
- Elaboração dos planos: a) expansão da Sala dos Professores do Campus I; b) revitalização da Sala dos Professores do prédio Santa Margarida e prédio do IML; c) revitalização da Sala dos Professores do Campus da Saúde. (em atenção ao indicador 5.4)
- Elaboração do plano de implementação de salas de atendimento aos alunos (em atenção ao indicador 5.5)
- Elaboração do plano de acessibilidade para a CPA. (em atenção ao indicador 5.6)
- Elaboração do plano de criação de gabinetes de trabalho para docentes em TI no Campus I e Campus da Saúde. (em atenção ao indicador 5.7)
- Elaboração do plano de adequação para instalações sanitárias (em atenção ao indicador 5.8)
- Elaboração dos planos: a) expansão da biblioteca central; b) expansão da biblioteca do Campus da Saúde; c) criação de sala para atendimento especializado na Biblioteca Central. (em atenção ao indicador 5.9)
- Elaboração dos planos: a) atualização da página de acesso da Biblioteca; b) novo sistema de gestão da Biblioteca; c) atualização dos computadores da Biblioteca Central; d)

expansão para a Biblioteca do Campus da Saúde; e) criação de Sala para atendimento Especializado na Biblioteca Central. (em atenção ao indicador 5.10)

- Elaboração dos planos: a) alocação de recursos no Orçamento Anual - Fluxo de Caixa; b) investimento estratégico para 2017/2018. (em atenção ao indicador 5.11)
- Elaboração dos planos: a) atualização de equipamentos e softwares; b) acessibilidade física e digital; normas de segurança; d) política de uso dos laboratórios; e) expansão dos laboratórios de informática do Campus I. (em atenção ao indicador 5.12)
- Elaboração dos planos: a) aquisição de recursos de Tecnologia de Informação para as salas de aula e auditórios; b) atualização de equipamentos e softwares para os laboratórios de Práticas Didáticas; c) atualização e qualificação do SAPU - SAPU 3.0. (em atenção ao indicador 5.13)
- Elaboração dos planos: a) atualização e manutenção dos equipamentos dos Laboratórios para Práticas Didáticas; b) qualificação dos Laboratórios do Campus da Saúde e Prédio do IML; c) transferência dos laboratórios da área de Comunicação; d) qualificação do serviço de Assistência Judiciária; e) implantação de novas tecnologias nos Laboratórios do CCV. (em atenção ao indicador 5.14)
- Elaboração do plano de Normas de Segurança para todos os Laboratórios de Práticas Didáticas. (em atenção ao indicador 5.15)
- Elaboração dos planos: a) expansão do espaço de alimentação do Campus da Saúde; b) criação de espaços de convivência no Campus da Saúde; c) ativação do espaço de alimentação do prédio Santa Margarida; d) criação de espaços de convivência no prédio Santa Margarida; e) expansão dos espaços de convivência do Campus I. (em atenção ao indicador 5.16)